

Recurso informacional e representação documental

The document and the documental representation

Zaira Regina Zafalon

*Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal de São Carlos
Contato: zaira@ufscar.br*

Resumo

Articular a relação entre recurso informacional e sua representação está no bojo das discussões neste texto e enfatiza a compreensão da informação registrada como objeto de estudo da Ciência da Informação. Nesta proposta, argumenta-se, sobremaneira, que os aspectos da representação documental, consolidada a partir da compreensão dos recursos informacionais como referentes, definem o comportamento dos catálogos em instituições de patrimônio cultural. Apresentam-se como princípios que regem os recursos informacionais: [1] o vínculo que une a obra à manifestação é arbitrário, e [2] o recurso informacional desenvolve-se no tempo; e como princípios estruturais da representação documental, baseada na semântica estruturalista dos registros bibliográficos: [1] a teoria das unidades semânticas, na qual se estuda a relação entre as várias unidades que compõem um registro (subsemântica); [2] a análise componencial da representação bibliográfica, na qual se estuda a relação entre um recurso informacional e o seu registro bibliográfico (semântica); e [3] a semântica relacional, na qual se estuda a relação entre um registro bibliográfico e outros em um catálogo (supersemântica).

Palavras-chave: Recurso informacional; Representação documental; Catalogação descritiva; Catalogação de assunto; Sintaxe e semântica do registro bibliográfico.

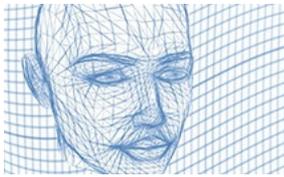
Resumen

Articular la relación entre recurso informacional y su representación está en el seno de las discusiones en este texto y enfatiza la comprensión de la información registrada como objeto de estudio de la Ciencia de la Información. En esta propuesta, se argumenta, sobre todo, que los aspectos de la representación documental, consolidada a partir de la comprensión de los recursos informativos como referentes, definen el comportamiento de los catálogos en instituciones de patrimonio cultural. Se presentan como principios que rigen los recursos informacionales: [1] el vínculo que une la obra a la manifestación es arbitrario, y [2] el recurso informacional se desarrolla en el tiempo; Y como principios estructurales de la representación documental, basada en la semántica estructuralista de los registros bibliotecarios: [1] la teoría de las unidades semánticas, en la que se estudia la relación entre las varias unidades que componen un registro (subsemántica); [2] el análisis componencial de la representación bibliográfica, en la cual se estudia la relación entre un recurso informacional y su registro bibliográfico (semántica); Y [3] la semántica relacional, en la que se estudia la relación entre un registro bibliográfico y otros en un catálogo (supersemántica).

Palabras clave: Recurso informacional; Representación documental; Catalogación descriptiva; Catalogación de asunto; Sintaxis y semántica del registro bibliográfico.

1 Introdução

Articular a relação entre recurso informacional e sua representação está no bojo

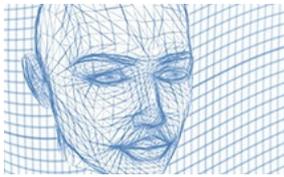


das discussões neste texto e enfatiza a compreensão da informação registrada como objeto de estudo da Ciência da Informação. Nesta proposta, argumentam-se, sobremaneira, aspectos da representação do conhecimento, consolidada em recursos informacionais, e perpassa por questões da comunicação via catálogos, em decorrência da visualização de registros representativos de tais objetos, em instituições de patrimônio cultural. Compreende-se que os esquemas de descrição e de visualização na catalogação sejam determinantes no processo de comunicação entre as necessidades informacionais de usuários, quer sejam humanos ou maquínicos, e os recursos informacionais, analógicos ou digitais.

2 Recurso informacional

Tendo em vista os aspectos polissêmicos de informação, conforme já apresentado por Buckland (1991), opta-se por discutir os conceitos inerentes aos recursos informacionais a partir da perspectiva de *informação-como-coisa*, enquanto aquela de interesse de sistemas de informação e de comunicação, tendo em vista sua manipulação e sua operacionalização, com vistas ao seu armazenamento e à recuperação. Assim, ao referir-se a recurso informacional, informação registrada, objeto informacional, representação física do conhecimento está se referindo à *informação-como-coisa*. Compreende-se que, para que a *informação-como-coisa* se consolide, seja requerido o processamento da informação mental. Noutras palavras: o processamento da informação mental culmina, por conta de seu registro, na *informação-como-coisa*.

Com Buckland (1991) é possível depreender que, na proposta aqui apresentada, a opção por recurso informacional amplia as possibilidades de estudo na área, visto que o recurso tanto pode denotar textos (ou objetos textuais), quanto outros objetos com potencial informativo, como fósseis, coleções de rochas, herbário de plantas preservadas e uma variedade de ossos, que, por conta do contexto e, por caracterizarem-se como evidência, tem suas potencialidades projetadas nas ações da representação documental. O centro da indagação centra-se no fato de que recursos informacionais são coletados, armazenados, tratados, recuperados, o que faz com que seja possível aproximar desta ótica os prédios históricos que, apesar de não formarem uma coleção, são assumidos como recursos informacionais por estarem em seus locais de origem, ou seja, o contexto dá o seu aspecto colecionável, de modo a ter, inclusive, obras derivadas (filmes, fotografi-



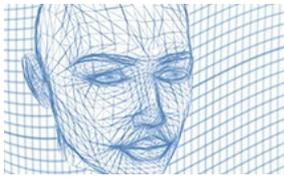
as, etc.). Assim, recursos informacionais, dotados de contextos e seus significados, e por caracterizarem-se como evidências, configuram-se como objeto de estudo da representação documental.

Com base na abordagem dada por Smiraglia (2002), para a compreensão da relação entre *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item* (entidades do Grupo 1 dos FRBR), é possível indicar que uma *obra* começa como um conjunto de impressões (conceitos ideacionais) na mente de seu criador (intenção autoral), uma vez que o criador refletiu suficientemente sobre essas impressões de modo a analisar a forma mais adequada de apresentação ordenada do conceito. Então, esta *obra* tem condições de assumir as características de *expressão* (conteúdo ideacional) que, por sua vez, poderá vir a ser realizada em uma expressão alfa-numérica, musical, sonora, imagética, etc. Tendo a *obra* sido expressa, ocorre a corporificação da obra, ou seja, a *manifestação* concreta, a qual recorre a um conjunto específico de cadeias semânticas e ideacionais em um conjunto ordenado fisicamente realizado ou, melhor dizendo, assume uma instância física, quer seja em meio analógico ou digital. A *manifestação* desta *obra*, por sua vez, pode ser corporificada em um ou mais *itens*.

Compreende-se que os recursos informacionais sejam o resultado de uma representação mental, intelectual ou artística, nos quais o conteúdo ideacional, uma entidade abstrata, é inscrito em um suporte, quer seja analógico ou digital. Assim, tem-se que o recurso informacional seja a *ideia corporificada*, a *inscrição de uma ideia em um suporte*.

A criação intelectual ou artística que reflete o conteúdo e é identificada como uma entidade abstrata consubstancia-se no recurso informacional por meio de um registro. Para Smiraglia (2002), *obra* é o conhecimento deliberadamente criado para representar um conjunto coordenado de idéias (ou seja, o conteúdo ideacional), que veiculado por meio do texto [1] tem a finalidade de ser comunicado. Decorre, portanto, que o recurso informacional, enquanto corporificação de uma *obra*, só é possível de ser conhecido se manifestado, ou, de outro modo, a *manifestação* só existe a partir da concepção de uma *obra*; a *obra* só pode ser reconhecida por meio da *manifestação*.

O recurso informacional é, dessa maneira, resultado da *obra* e da *manifestação* conjugados. Compreende-se, em vista disso, que os recursos informacionais constituem-se de *manifestações* socializáveis de *obras*, individuais ou coletivas, visto que um recurso



informacional pode conter uma ou mais obras, e uma obra pode estar contida em um ou mais recursos informacionais.

O enfoque entre obra e manifestação e sua relação com o processo comunicativo em instituições de patrimônio cultural norteiam o estudo de uma possibilidade teórica advinda do campo da linguagem para se pensar os recursos informacionais, relacionando-os com a questão do significado e do significante, proposto por Ferdinand de Saussure, em 1916. Para tanto, estuda-se a correspondência entre obra e manifestação, significado, significante.

A obra faz menção ao conceito mental, ou, para remeter a Saussure, ao significado, ao conceito; a manifestação, por sua vez, remete ao significante, à imagem acústica registrada. A obra, reduzida a um princípio essencial para a manifestação, apresenta correspondência entre tantas formas de expressão quantas forem possíveis. Como exemplo, tome-se a obra Romeo and Juliet, de William Shakespeare, criada entre 1591 e 1595. Essa obra, originalmente em inglês (expressão), apresenta expressões correspondentes em diversos idiomas, cada qual podendo assumir diversas manifestações, e, inclusive, adaptações (o que se desdobra como nova obra) para teatro, cinema, música, literatura, história em quadrinhos. Entende-se, deste modo, o processo de representação da obra pela manifestação.

Nöth (1996) representa os três conceitos expostos no modelo sógnico diádico definidos por Saussure, como indicado no Quadro 1:

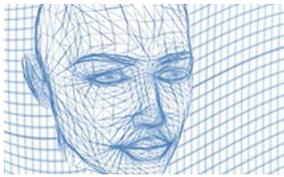
Quadro 1 – Os três conceitos do modelo sógnico diádico de Saussure

SIGNO	SIGNIFICADO
	SIGNIFICANTE

Fonte: Nöth (1996, p. 32).

Do mesmo modo que Saussure (2010, p. 81 et seq.) apresenta princípios como a arbitrariedade do signo e o caráter linear do significante, busca-se explicitar a correlação entre obra e manifestação presentes no recurso informacional.

Um primeiro princípio do recurso informacional pode ser definido como: o vínculo que une a obra à manifestação é arbitrário. A correlação entre signo (de Saussure) e recurso informacional pode ser compreendida pelo sentido de que o conteúdo ideacional de



uma obra não apresenta relação direta com, tão somente, uma forma de *manifestação*; essa ligação é arbitrária e pode assumir outras tantas formas. Considere-se, por exemplo, a produção de elementos para a *manifestação*: a concepção mental é tão exterior à *manifestação* quanto os suportes que servem para registrá-la. Neste sentido, a *obra* independe da forma material em que é expressa e em que é manifestada. Na prática, a forma de *manifestação* selecionada pode ser qualquer uma, desde que evoque a *obra* por meio da corporificação. Porém, a relação entre *obra* e *manifestação* é necessária para a compreensão do *recurso informacional*.

Em decorrência desta concepção, ao adaptar-se o modelo diádico de Saussure à definição dos recursos informacionais obtém-se o modelo da Quadro 2:

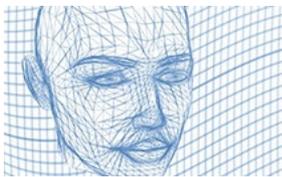
Quadro 2 – Os três conceitos do modelo sógnico diádico do recurso informacional

RECURSO INFORMACIONAL	OBRA
	MANIFESTAÇÃO

Fonte: Zafalon (2014).

O segundo princípio do recurso informacional pode ser definido como: *o recurso informacional desenvolve-se no tempo*. Esse princípio é passível de ser notado pela linearidade que um recurso informacional assume para seu registro, haja vista a sequência que há para o registro da representação mental, do conteúdo ideacional, de uma *obra*. O movimento primeiro para a definição da obra decorre de um processo mental para a concepção de ideias que serão trazidas a público tendo em vista a exposição, e registro, das mesmas em um suporte (transfiguração do conhecimento tácito em explícito, portanto, um registro). O recurso informacional é resultado da representação das ideias em um suporte, para o que se recorre a um processo representativo de uma forma de linguagem, a critério do seu criador. O processo de registro do conteúdo ideacional é outro que não o mesmo da leitura de um recurso informacional digital: tenha-se em mente, por exemplo, aqueles que fazem uso de *hiperlinks*.

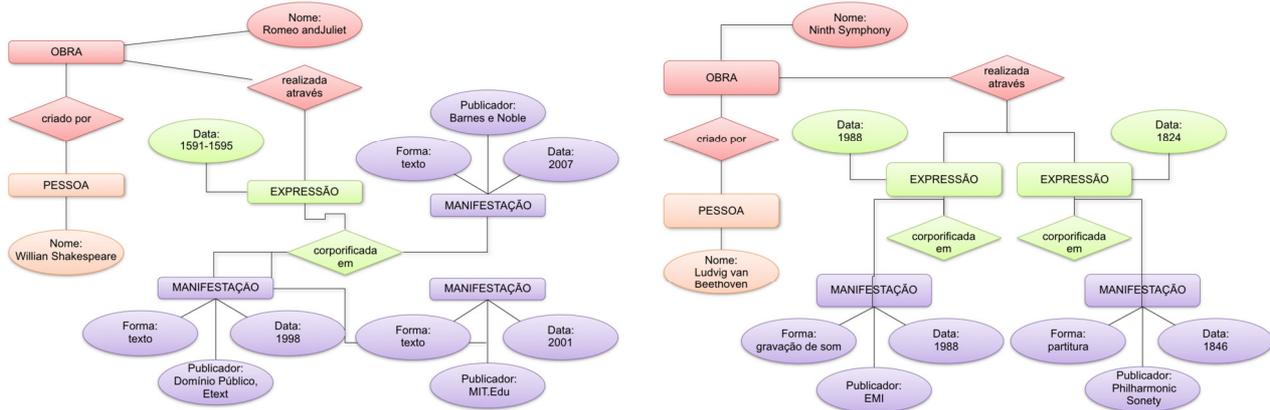
Quando se reconhece os dois princípios como aqueles que se legitimam no recurso informacional, opta-se pela compreensão de que tal recurso consagra-se como objeto da Ciência da Informação, daí que os aspectos da representação documental subordi-



nam-se a esta questão.

Observem-se as relações presentes na Figura 1, com destaque para as relações de *arbitrariedade entre a obra e as manifestações* e o fato de a *manifestação desenvolver-se no tempo* (dada a *linearidade* que um recurso informacional assume).

Figura 1 – Relações de *arbitrariedade* entre *obra* e *manifestações* e a *linearidade* do recurso informacional

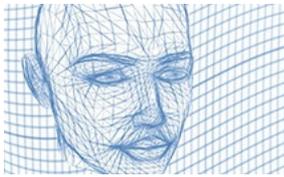


Fonte: Adaptado de Zafalon (2014).

Tomando-se, ainda, como solo desta compreensão, a afirmação de Saussure (2010, p. 27), de que “a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro”, que as ideias presentes em um recurso informacional são representações que se originam no cérebro de cada um. Esse produto cerebral pode ser socializado de várias formas, quer seja registrado ou não registrado [2]. Porém como objeto da Ciência da Informação, e como centro das ações da representação documental, estabelece-se o recurso informacional.

Considera-se, para fins de delimitação sobre a compreensão que se pretende dar aos recursos informacionais, que as manifestações da linguagem humana, por meio de seus registros, sejam o objeto de estudo da representação documental, visto que permitem a descrição, a identificação, o uso, o reuso, a disseminação e o compartilhamento entre as mais diversificadas instituições de patrimônio cultural.

A partir das considerações tecidas sobre a compreensão do recurso informacional como objeto da Ciência da Informação, por conta dos estudos da representação documental, discute-se essa concepção no próximo tópico.



3 Representação documental

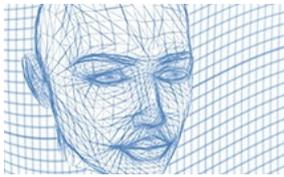
O fenômeno da representação documental integra duas faces que se correspondem e se complementam: a *obra* e a *manifestação*, ambas reconhecidas pela International Federation of Library Associations and Institutions (1998, 2005, 2009) como produtos do esforço intelectual ou artístico.

Representar recursos informacionais é atividade fundamental para o estabelecimento do processo comunicativo nos catálogos de instituições de patrimônio cultural tendo em vista a ponte a ser consolidada entre os recursos de que tais unidades dispõem e os usuários ou grupos ou outras instituições a serem atendidas em suas necessidades informacionais. Assim, é possível que as instituições de patrimônio cultural apropriem-se de seu papel de agentes sociais de comunicação, com atividades pautadas na conveniência do usuário, humano ou robótico. A representação documental requer, portanto, conhecimento do público a que se destina, das especificidades do gênero e do formato dos recursos informacionais, e dos padrões, métodos e instrumentos a serem utilizados.

Se, por um lado, a representação documental visa às ações básicas de comunicar os documentos de que dispõem, de modo individualizado, por meio da identificação das diferenças inerentes a cada documento, bem como por suas manifestações e itens, e, por outro, de atender às demandas informacionais do público, quer seja pelas características de conteúdo, ou de suas expressões e obras, é possível deduzir que a representação documental, também identificada como representação bibliográfica, ou catalogação, promova o estabelecimento do processo de comunicação entre as instituições, pessoas e grupos. Em suma: a representação não se propõe a tomar o lugar do representado, mas como um mecanismo no qual se busca formas desenvolvidas com a intenção de tornar o representado reconhecível diante de dada situação, contexto e público.

Garrido Arilla (1999) considera catalogação como o processo de descrição de elementos que permitem identificar e estabelecer formas de recuperação de um recurso informacional e indica que a descrição bibliográfica é a ação na qual se expõem elementos de unidades informativas que permitem reconhecer e particularizar formalmente um documento em referências específicas que aludem os dados externos do documento e se distinguem dos restantes.

Faz-se mister esclarecer a opção por adotar a expressão representação documen-

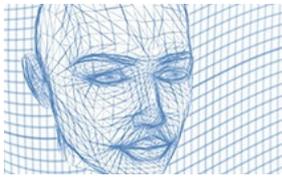


tal e por consagrá-la como o processo de representação de recursos informacionais em registros bibliográficos, ou ainda, como processo voltado à elaboração de metadados. Tem-se que a expressão *representação descritiva* seja uma tautologia, visto que, adota-se a descrição de elementos identificados nos recursos informacionais para representá-los; e representa-se por meio da descrição dos ditos elementos. Descrever, em Michaelis (2017a), é definido como “representar por meio de palavras”; e representar, “expor por escrito ou verbalmente” (MICHAELIS, 2017b). Mais que isso, ao indicar representação documental e catalogação como sinônimos compreende-se que não há como dissociar, quer seja no processo, quer seja em seu produto (o registro bibliográfico), a catalogação descritiva da catalogação de assunto (como o fazem certos estudiosos do tema no Brasil), apesar de adotarem-se métodos e instrumentos específicos para a representação do suporte documental (o qual evoca a obra, conforme já foi explicado em tópico anterior) e a representação dos conceitos que tal obra conjura. Infere-se, assim, que a catalogação funde a catalogação descritiva à catalogação de assunto e dá acesso ao recurso informacional, por meio dos dados de acesso ou de localização.

Concebe-se, conseqüentemente, que a catalogação, ou seja, o ato representacional dos recursos informacionais, recorre a aspectos descritivos, de conteúdo e de contexto do recurso informacional. Assim, a representação documental só é possível de ocorrer por meio da correspondência entre *obra* e *manifestação*. Não se pode, portanto, reduzir a representação a uma ou a outra face: *obra* é resultado do pensamento, sem que, entretanto, tenha sido manifestada, vindo a público. Surge, por conseguinte, a correspondência entre a *obra*, unidade complexa mental, e a *manifestação*, unidade complexa física.

Partindo-se desta perspectiva, pode-se avistar um dilema: o que de fato se representa? Ou envolve-se com a explicação de que se representa a *obra*, por ser concepção mental primeira; ou arrisca-se a perceber que é a *manifestação*, registro em suporte físico da concepção mental. Parte-se do ponto de vista de se observar a representação a partir da *manifestação*, haja vista que nela se concentram aspectos ideacionais da *obra*. Representação documental é, portanto, o ato de articular formas de descrição a partir de instrumentos que permitam tornar cognoscível um recurso informacional sem que seja necessário recorrer ao documento original para identificá-lo.

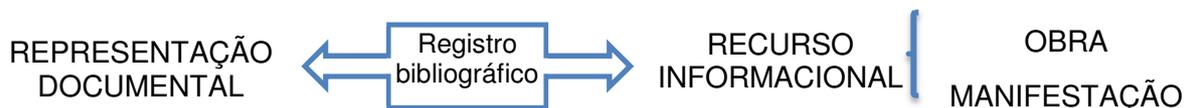
Retoma-se, pelo exposto, que o papel das instituições de patrimônio cultural, de



dar amplo acesso aos documentos de que se constituem, só é possível de se realizar a partir de registros bibliográficos que, por sua vez, são responsáveis por intermediar recursos informacionais a usuários com demandas específicas. O catalogador, assim sendo, precisa conhecer as *manifestações* para, delas, recorrer aos mecanismos de representação, o que possibilitará dar a conhecer aos outros os recursos informacionais. Dessa maneira, embora a *manifestação* seja, por si só, estranha à *obra*, é impossível abstraí-la das várias *manifestações*, processo pela qual a *obra* é constantemente passível de ser identificada. *Obra* e *manifestação*, dois sistemas distintos, são, porém, complementares para a formação do recurso informacional.

A representação documental se efetiva por relações [a] entre os elementos do registro documental, [b] entre o registro, enquanto representação, e o seu representado, bem como [c] entre os próprios recursos bibliográficos catalogados (perfaz uma teoria dos níveis da catalogação, a ser discutido no próximo tópico). A catalogação, portanto, refaz o diálogo já estabelecido entre *obra* e *manifestação*, visto que, a representação remete a aspectos formais dos recursos informacionais e estes à obra, conforme se observa na Figura 2.

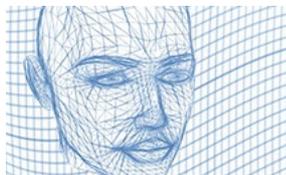
Figura 2 – A relação entre o recurso informacional e a representação documental



Fonte: Elaborado pelo autor.

Recorre-se à International Federation of Library Associations and Institutions (2005) para que se compreenda o registro bibliográfico como produto da representação documental, uma vez que identifica que é um conjunto de dados bibliográficos compostos por entidades que descrevem ou identificam uma ou mais obras, expressões, manifestações ou itens. Assim, o conjunto de dados, resultado da representação documental, compreende um conjunto de elementos que se tornam responsáveis, respectivamente, pela individualização de diferentes manifestações de uma obra, pela reunião de suas semelhanças, e pela obtenção do documento.

Garrido Arilla (1999), por sua vez, afirma que o registro bibliográfico é uma representação codificada e econômica de um documento: representação, pois reproduz certas características do documento; codificada, porque identifica o documento a que se propôs



identificar; econômica, porque busca proporcionar informação de em um mínimo espaço e com o mínimo de símbolos possíveis.

A representação documental prevê, ainda com Garrido Arilla (1999), alguns estágios: análise do documento; identificação do tipo de documento e eleição dos padrões adequados à sua descrição; consolidação do nível de descrição; identificação de elementos essenciais ao nível de descrição; registro dos resultados da análise no suporte escolhido, manual ou automatizado; certificação da exatidão dos dados extraídos.

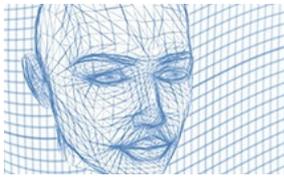
No processo de elaboração da representação bibliográfica aspectos como a integridade, a clareza, a precisão, a lógica e a consistência dos conteúdos dos documentos a serem representados, devem ser resguardados (MEY, 1995; MEY; SILVEIRA, 2009). É daí que se ampara o interesse do usuário e as necessidades por ele demonstradas, requeridas ou determinadas.

A relação intrínseca entre recurso informacional, representação documental e recuperação de documentos exige que se leve em conta os elementos da descrição, as ferramentas de recuperação e, também, a estrutura dos registros bibliográficos, o que promove portabilidade, confiabilidade, gerenciamento, consistência, precisão e relevância aos resultados obtidos em resposta a uma consulta. Daí a importância de que a produção e a proliferação de informação em ambientes digitais exigem a adoção de padrões para representação da informação de modo que, assim, tanto recuperação quanto acesso estejam garantidos pela identificação unívoca do recurso. Hunter e Bakewell (1983, p. 22) afirmam que os padrões devem se relacionar aos esquemas de conteúdo e de arranjo da entrada de catálogo.

Por considerar a relação entre representação e o seu sentido em relação ao representado na catalogação, e, diante da afirmação de Frège (1978) [3], de que cada um constrói a sua própria representação de uma mesma coisa, discute-se, a seguir, a sintaxe e a semântica do registro bibliográfico.

4 Sintaxe e semântica no registro bibliográfico

Do mesmo modo que se recorreu à contribuição lingüística da comunicação humana, com Saussure, para se pensar o recurso informacional, propõe-se o repensar das relações possíveis de serem estabelecidas em um registro bibliográfico, para a elaboração

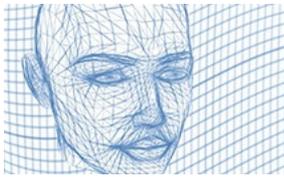


do arcabouço teórico da sintaxe e da semântica dos registros bibliográficos, a partir da concepção semântica estruturalista, proposta por Hjelmslev.

Na área de lingüística, os estudos voltados à semântica estruturalista abordam a semântica de forma concreta e analisam a semântica lexical a partir da idéia central de que a linguagem deve ser vista como um sistema (GEERAERTS, 2010; TAMBA-MECZ, 2006). Assim, a linguagem natural pode ser entendida como um sistema simbólico, com propriedades e princípios próprios que determinam como um signo lingüístico funciona. A língua, nesta visão, é estabelecida a partir de convenções, tais quais as práticas sociais transmitidas de geração em geração, e não por deliberações pessoais. Surge a partir da semântica histórico-filológica e tem sua base associada à obra de Ferdinand de Saussure (1916), a qual apresentava, dentre outras, duas abordagens possíveis para o estudo do léxico, a sincrônica e a diacrônica.

A visão de estrutura na lingüística estruturalista evidencia, segundo Hjelmslev (1991, p. 115), sua posição de “*entidade autônoma de dependências internas*”. Pela redução de classes abertas em classes fechadas torna-se possível a descrição estrutural. “Na descrição estrutural do plano de expressão conseguiu-se operar essa redução, concebendo-se os signos como compostos de elementos dos quais um efetivo relativamente baixo bastava para efetuar a descrição.” (LOPES, 2008, p. 239). A compreensão da relação entre objeto, estrutura e descrição científica, diante da lingüística, pode ser obtida com a afirmação de que “Não há nem conhecimento nem descrição científica possível de um objeto qualquer sem recurso a um princípio estrutural. [...] Toda descrição científica pressupõe que o objeto da descrição seja concebido como uma estrutura [...] ou como parte de uma estrutura [...]” (HJELMSLEV, 1991, p. 116). Diante de tal afirmativa observa-se a adoção de princípios formais em uma relação parte-todo, o que supõe uma afinidade intrínseca à representação documental na Ciência da Informação.

Denota-se um paralelo entre a semântica estruturalista e a Ciência da Informação, tendo em vista que ambas fundamentam-se em constructos simbólicos e com visão sistêmica, senão, veja-se: tal qual a linguagem, a representação documental também recorre a um sistema, no qual é possível estudar, analisar e representar unidades informacionais, simbólicas, presentes nas mais diferentes *manifestações* de *obras*. Nesse sentido, a representação documental, baseada em convenções, normas e padrões, iguala-se à língua.



A representação permite a análise sincrônica do documento, com traços inerentes ao recurso informacional e seu suporte, no qual estão presentes as relações entre *obra* e *manifestação*. A sincronia, na representação documental, significa a impossibilidade de dissociação entre *representante* e *representado*; entre *obra* e *manifestação*.

Alicerçado na concepção estruturalista da representação documental é possível entender que o estudo do funcionamento dos catálogos são concebidos a partir da semântica estruturalista de registros bibliográficos.

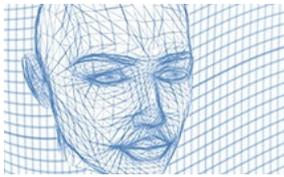
No estudo estruturalista dos registros bibliográficos percebe-se a intenção de identificar a estrutura do registro, sua relação com outros registros e a relação do registro com o documento. Desse modo, não é a sintaxe do registro bibliográfico que dá conta do catálogo; mas a semântica estrutural, aquela que permite o contexto e as sinapses entre os vários registros bibliográficos; é a semântica que dá conta dos processos mentais segundo os quais se produz, constitui, compreende e descreve a representação de um recurso informacional.

Define-se, portanto, que o papel semântico do registro bibliográfico centra-se no estudo das diferentes relações que podem ser estabelecidas entre os registros bibliográficos, entre o registro bibliográfico e o recurso informacional, e entre os elementos do próprio registro bibliográfico. Por conseguinte, considera-se a possibilidade de se estudar a representação documental a partir de uma *teoria dos níveis* [4], do nível subsemântico (entre os elementos de um registro bibliográfico) ao nível supersemântico (a relação entre os vários registros bibliográficos, a partir de suas semelhanças e diferenças), passando pelo nível semântico (objeto que está sendo descrito e a descrição em si).

O objetivo da ênfase estruturalista para a análise semântica dos registros bibliográficos pode ser definido como: estudar a descrição de registros bibliográficos efetivamente realizados, no qual se considera a influência do catálogo, como meio para o estabelecimento de mensagens presentes nos recursos informacionais e nas necessidades informacionais dos usuários.

A semântica estruturalista de registros bibliográficos envolve três posições teóricas que podem ser distinguidas da seguinte forma:

1. a teoria das unidades semânticas, na qual se estuda a relação entre as várias unidades que compõem um registro bibliográfico (subsemântica);



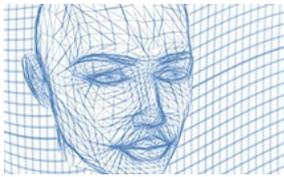
2. a análise componencial da representação bibliográfica, na qual se estuda a relação entre um recurso informacional e o seu registro bibliográfico (semântica);
3. a semântica relacional, na qual se estuda a relação entre um registro bibliográfico e outros em um catálogo (supersemântica).

Nesse sentido, é possível admitir três planos semânticos em registros bibliográficos: entre o referente e a representação (semântico), entre o todo e as partes da representação (subsemântico) e, entre as representações presentes no catálogo (supersemântico). São estes aspectos de níveis semânticos que reduzem a alteridade de um registro bibliográfico [5] que, em um catálogo, faz com que o disperso e o aparente sejam marcados por identidades que lhe são próprias.

A *teoria das unidades semânticas* volta-se ao estudo de um conjunto de itens lexicais de um registro bibliográfico como sendo semanticamente relacionados, cujos significados são mutuamente interdependentes, e que juntos fornecem a estrutura conceitual de um determinado registro bibliográfico.

A *análise componencial da representação bibliográfica*, por sua vez, referencia a afinidade entre a representação e o documento por meio da descrição detalhada, uma vez que seus componentes são representativos de um item documental. Isso significa que, conhecido um documento, as relações entre os seus elementos e a representação deverão ser fornecidos em detalhes, não bastando elencar os itens e dizer que estão em mútua oposição. A descrição deve indicar elementos que identifiquem e definam o documento, por meio das unidades semânticas, ou seja, dos componentes representativos de um item documental.

A *semântica relacional* pode ser entendida como um desenvolvimento lógico entre as relações que podem ser estabelecidas entre os vários registros em um catálogo, no qual se explicitam as relações internas entre os elementos de um registro, sendo possível identificar oposições e paridades. Recorre, portanto, ao aparato de descrição nas relações entre as unidades semânticas, por meio da identidade de significados (semelhanças) e da oposição de significados (diferenças). Desenvolve a idéia de descrição das relações estruturais entre os vários registros bibliográficos, restritos aos elementos usados tanto na descrição quanto no estabelecimento dos pontos de acesso.



Essa concepção de teoria semântica volta-se ao tratamento do sentido da representação a partir das unidades de significação (cada um dos elementos descritos) que, por sua vez, ligam-se ao objeto documental e permitem correlacionar elementos em um catálogo, ou seja, preocupa-se com as relações entre as *obras* e as *manifestações* na qual se analisa o conteúdo de um item documental. Por apresentar-se como um estudo sistêmico, com embasamento estrutural e sincrônico, como *ciência das significações representacionais*, busca, nas regras que determinam a função sintática, as relações semânticas que, por sua vez, contam com uma organização própria.

Tais conteúdos semânticos podem ser analisados a partir de semelhanças e diferenças específicas, conceitos gerais, integridade na descrição dos elementos e seu significado, nos quais, cada um deles assume valores, tais como as características distintivas elencadas na *manifestação*: indicação de responsabilidade, título, outras informações sobre o título, indicação de edição, local de publicação, nome do editor, data, entre outros.

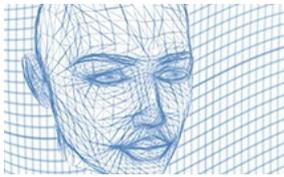
Esse processo de decomposição de um registro bibliográfico em componentes (unidades semânticas) faz uso de traços semânticos, demarcados por aspectos sintáticos. Assim, na representação documental, fatores externos à *manifestação*, inerentes, por conseguinte, à *obra*, interferem em sua estrutura e em seu estudo. Deste modo, o valor de cada elemento semântico diz respeito a uma estrutura maior, identificada como sistema, e assume determinada função, o que estabelece seu significado em dado contexto.

Compreende-se, portanto, que a representação documental, como parte de um sistema de organização e representação da informação, deve assumir características da *obra* e da *manifestação*, ou, adotando-se expressões da Linguística, do *significado* e do *significante*.

5 Considerações finais

As bibliotecas utilizam-se de catálogos com o objetivo de garantir a recuperação dos registros bibliográficos pelo público a que se destina. Os catálogos, por sua vez, fazem uso dos registros bibliográficos provenientes da representação documental e da compreensão de que os recursos informacionais são os referentes para tal ação.

O processo comunicativo entre os usuários e os recursos informacionais é possível de ser estabelecido pelo fato de os catálogos serem formados por registros representati-



vos dos documentos de que uma unidade informacional dispõe; em outras palavras, considera-se que a representação documental trace mecanismos de comunicação e de mediação entre demanda informacional de usuários e os documentos, por meio de catálogos, resultado dos constructos da representação bibliográfica, composta de aspectos sintáticos e semânticos de seus referentes, de modo a consolidar a catalogação descritiva, a catalogação de assunto e os dados de localização e acesso ao recurso em si.

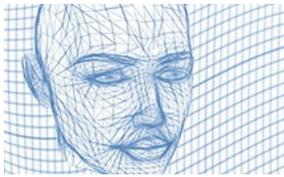
Em vista da proposta apresentada procurou-se formar o arcabouço teórico-metodológico da representação documental, de seus aspectos sintáticos e semânticos, e da ênfase estruturalista para a análise semântica dos registros bibliográficos, pautados nos seguintes aspectos: [1] compreensão da *obra*, enquanto *significado*, e da *manifestação*, enquanto *significante*; [2] entendimento do vínculo arbitrário entre *obra* e *manifestação*; [3] desenvolvimento da linearidade do registro do recurso informacional; [4] da representação bibliográfica como resultado da relação entre *significante* e *significado* e entre *obra* e *manifestação* e como definitiva para a *semântica*; [5] percepção da sintaxe para a definição da *subsemântica*, além de necessária à representação do recurso informacional; [6] apreensão do conceito de *supersemântica*, a partir de sua co-dependência com a subsemântica e a semântica, na relação, identificável nos catálogos, entre registros descritivos e documentos de um acervo e entre obra e manifestação, tomados como *significante* e *significado*.

Notas

¹ Com o intuito de aclarar o significado de texto neste trabalho recorremos a Trask (2008, p. 291), para quem o texto é “uma porção contínua da língua falada ou escrita, especialmente quando tem um começo e um fim reconhecíveis.” O texto é, portanto, “uma abstração”.

² A *obra* pode ter uma tradição oral, fixada diversamente da tradição escrita em um suporte, e, mesmo assim, ser transferida para outras gerações. Embora essas informações de de tradição oral possam ser objeto das instituições de patrimônio cultural, conquanto não estiverem registradas, não são passíveis de ações, métodos e processos de representação documental.

³ Frège (1978, p. 65) apresenta a relação entre representação e sentido ao afirmar que “Quando dois homens representam a mesma coisa, ainda assim cada um tem sua própria representação. De fato, às vezes é possível estabelecer diferenças entre as representações, ou mesmo as sensações de homens diferentes; mas uma comparação precisa não é possível, porque não podemos ter ambas as representações juntas na mesma consciência”.

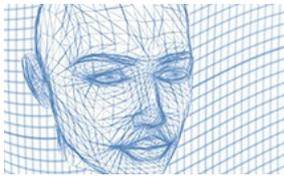


⁴ Faz-se alusão aos termos sistema, subsistema e supersistema adotados em Teoria dos Sistemas para a definição dos níveis semânticos em registros bibliográficos e adota-se, respectivamente, semântica, subsemântica e supersemântica em registros bibliográficos.

⁵ Entende-se que a alteridade de registros bibliográficos refira-se à possibilidade de um registro bibliográfico ser de outro referente que não o dele mesmo.

Referências

- BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- FRÈGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1999.
- GEERAERTS, D. **Theories of lexical semantics**. New York: Oxford University Press, 2010.
- HJELMSLEV, L. **Ensaio lingüísticos**. São Paulo: Perspectivas, 1991.
- HUNTER, E. J.; BAKWELL, K. G. B. **Cataloguing**. 2nd. rev. exp. ed. London: Clive Bingley, 1983.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf. Acesso em: 20 jun. 2011.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. 1998. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr3.htm#6>. Acesso em: 20 jun. 2011. Aprovado pelo Standing Committee of the IFLA Section on Cataloguing em setembro de 1997 e alterado e corrigido até fevereiro de 2009.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Guidelines for Online Public Access Catalogue (OPAC) displays**: final report: may 2005. München: K. G. Saur, 2005. Recommended by the Task Force on Guidelines for OPAC Displays. Approved by the Standing Committee of the IFLA Cataloguing Section.
- LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- MEY, E. S. A. **Introdução a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.
- MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 2017a. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=descrever>. Acesso em: 16 jun. 2017.



MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 2017b. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=representar>. Acesso em: 16 jun. 2017.

NÖTH, W. **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2010.

SMIRAGLIA, R. P. Further Reflections on the Nature of 'A Work': An Introduction. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 33, n. 3/4, p. 1-11, 2002.

TAMBA-MECZ, I. **A semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.

ZAFALON, Z. R. **Scan for MARC**: princípios sintáticos e semânticos de registros bibliográficos aplicados à conversão de dados analógicos para o formato MARC21 bibliográfico. São Paulo: EdUNESP, 2014.